



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Direitos Humanos, segurança pública e sistema jurídico

“Textou”: uma experiência de educação em Direitos Humanos.

Andreia Uliana Teodoro¹

André Casotti Louzada²

Elisângela Maria Marchesi³

Karol Wojtyla Cardoso da Silva⁴

Resumo: O grupo de estudos “Textou” é uma iniciativa dos trabalhadores e das trabalhadoras do Centro de Apoio aos Direitos Humanos (CADH) e tem como objetivo promover estudos e o debate crítico sobre temas correlatos ao processo de trabalho desenvolvido nos programas executados pela entidade, com vistas ao aprimoramento intelectual e fortalecimento das políticas públicas executadas pelo CADH.

Palavras-chave: direitos humanos; formação profissional; processo de trabalho.

“Textou”: an educational experience in Human Rights.

Abstract: The "Textou" study group is an initiative of the workers of the Center for Support of Human Rights (CADH) and aims to promote studies and critical debate on topics related to the work process developed in the programs executed by the entity, with a view to intellectual improvement and strengthening of the public policies implemented by CADH.

Keywords: human rights; professional training; work process.

1. As transformações políticas e econômicas e os impactos no trabalho em Direitos humanos

Aprofundar os conhecimentos sobre as transformações que vêm ocorrendo na sociedade, em especial a partir do recrudescimento do neoliberalismo e do conservadorismo, se faz de fundamental importância, uma vez que impacta diretamente na política de direitos humanos e, conseqüentemente no conjunto dos e das trabalhadores/as no exercício de suas atribuições, uma vez que além dos cortes nas

¹ Mestre em Política Social. Advogado. Email: casottilouzada@gmail.com

² Especialista em Questão Social e Políticas Sociais pela UFES e em Gestão Pública e Políticas Públicas pela Escola de Sociologia de São Paulo. Assistente Social do Centro de Apoio aos Direitos Humanos/CADH. Email: andreauliana1603@gmail.com

³ Mestre em Política Social. Doutoranda em Política Social. Bolsista Capes. Assistente Social do Centro de Apoio aos Direitos Humanos/CADH. Email: elismarchesi@gmail.com.

⁴ Graduado em Direito. Coordenador de Projetos do Centro de Apoio aos Direitos Humanos/CADH. Email: karolwojtylacs@gmail.com

políticas sociais tem-se observado uma visão cada vez mais conservadora dos usuários das políticas sociais, dos operadores e formuladores dessas políticas.

Desde a crise estrutural do capital e sua agudização a partir dos anos 2000, “[...] as medidas neoliberais de resposta a crise impuseram nos planos econômico, político, ideológico e militar um novo padrão de acumulação” (Mauriel, 2020, p. 226), o que trouxe rebatimentos no processo de produção e reprodução material e imaterial da classe trabalhadora. Importante destacar que em momento de crise estrutural, o capital orquestra diferentes ataques em direção a classe trabalhadora, desde o desmonte das políticas sociais, ataques aos direitos sociais duramente conquistados, ataque aos grupos minoritários como mulheres, negros, indígenas, LGBTQIAPN+, além do ataque à democracia e às instituições democráticas.

O ataque à democracia, assim como a defesa de uma política de austeridade tem seu maior representante na extrema-direita composta por líderes de partidos políticos, parlamentares, organizações empresariais e sociais, igrejas e movimentos sociais. Além da defesa em pacotes de ajuste fiscal que beneficiam o capital e oneram a classe trabalhadora, apresentam suas defesas com conteúdo ideológico fortemente conservador, autoritário e moral.

No âmago das relações sociais, históricas e econômicas de produções específicas da vida humana, mas também da relação de produção material que vão se tecendo as lutas, o Estado passa a ser requerido para a oferta de bens e serviços, para a oferta de políticas sociais (Iamamoto, 2001). Considerando que a política social revela um conjunto de interações econômicas, políticas, sociais e culturais é indispensável desvendar de que forma tais situações se expressam e se apresentam na realidade. (Behring; Boschetti, 2006).

Com isso, destacamos a importância não só da compreensão da questão social, mas os rebatimentos dessa orientação política, econômica e social em suas expressões. Para Iamamoto a questão social deve ser:

[...] apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2004, p.27).

Todo esse pacote austero, impulsionado pelo grande capital alinhados a extrema-direita fez com que

[...] a questão social vem sendo enfrentada como questão de polícia, com a militarização de favelas, incentivo a medidas de força em nome da ordem, guerras declaradas ao tráfico de drogas, homicídios e outras tantas demonstrações da intervenção armada e da herança da doutrina de segurança militar, com desenvolvimento da indústria armamentista (ela mesma, uma fonte de lucro) (Borges, Matos, 2020, p. 73).

Borges e Matos (2020) sinalizam que o governo brasileiro, durante o período de 2019 a 2022, operou em uma lógica que alguns consideraram ser uma cortina de fumaça, ou seja, uma mobilização do pensamento conservador levando o debate sobre os direitos sociais para o campo moral, cujo objetivo era a aprovação de políticas econômicas neoliberais. Uma estratégia de naturalização dos preconceitos e legitimação do ódio, trazendo para a cena política uma perspectiva conservadora e despolitizada das lutas sociais.

No entanto, consideramos que a disputa em torno da concepção de direitos humanos, não está somente na formulação de políticas sociais, mas sobretudo na tentativa de despolitizar o debate teórico, levando esse para o campo moral e cultural, uma vez que o projeto societário hegemônico, representado pela burguesia, é adverso à diversidade humana e, tem nas políticas de cunho neoliberal e conservador sua principal estratégia para combater qualquer expressão e ou promoção da diversidade humana que amplie o acesso aos direitos sociais. Ao pautar a política de Direitos Humanos sob o prisma do conservadorismo, da proteção daqueles que não merecem ser protegidos, intenta-se seu desmonte e o direcionamento dos recursos das políticas sociais para o sistema financeiro, em uma tentativa de mitigar os efeitos da crise para a classe burguesa. Trata-se da “[...] implementação de um projeto ultraneoliberal, que tem como sua contraface um projeto ultraneoconservador” (Borges e Matos, 2020, 71).

O cenário de ascensão da extrema direita no Brasil com traços fascistas, descortina e mostra a sua face mais dura a partir da crise estrutural do capital. Necessitando retomar suas taxas de lucro era preciso tornar a política econômica ainda mais exacerbada, para isso seria necessário destruir os direitos sociais, desmontar as políticas de proteção social construídas no Brasil, além de flexibilizar as leis ambientais e atacar as minorias como os grupos étnicos raciais, as mulheres, as pessoas LGBTQIAPN+, povos indígenas, perpetuando as situações de desigualdade estrutural do país, além de considerar as desigualdades estruturais como questões a serem resolvidas

individualmente. O debate sobre direitos humanos, por sua vez é transportado para o âmbito moral conservador, do individualismo, da meritocracia, do discurso antissistema, anticomunista em defesa da pátria e da família tradicional. A diversidade humana não cabe nesse modelo de governo.

As crises do sistema capitalista são processos que marcam a própria história do modo de produção capitalista. Elas não se apresentam de modo aleatório, corriqueiro ou como algo impossível de se calcular, na ótica dos que dominam os meios de produção, como a maioria das vezes se defende. No entanto, mesmo sendo causada por um pequeno grupo dominante, a maioria das vezes se requisita o conjunto da sociedade, em especial da classe trabalhadora, que precisa se organizar para a saída dessa crise. Ocorre que a saída para os processos de crise sempre se materializa às custas do desmonte dos direitos conquistados duramente pela classe trabalhadora. As saídas da crise apontam sempre a retomada dos ganhos de capital, culminando com o aumento da extração da mais-valia.

Na política de Direitos Humanos não será diferente e podemos observar esses elementos ao longo dos anos.

Enfim, direitos humanos relacionam-se com modos de organizar a vida em suas diversas dimensões. Trata-se de discutir como são e devem ser sociedades em que a humanidade vive, trabalha, se reproduz socialmente, se educa, reconhece novas necessidades e luta por sua satisfação (Ruiz, 2014, p. 14).

O que temos observado é que, ao deslocar o debate sobre os direitos humanos para a esfera moral e individualista, o sujeito é alçado a uma condição de cidadão, reduzindo a pessoa a um membro da sociedade com interesses privados, individuais. A dimensão da coletividade fica em outro plano. Nesse ponto, recorremos a Marx (2010), quando aborda sobre a importância da emancipação política, mas também da emancipação humana como formas de romper com essa lógica individualista difundida pela sociedade burguesa e construir novas formas de sociabilidade. Para ele “[...] o homem equivale a um ente genérico, ele é o membro imaginário de uma soberania fictícia, tendo sido privado de sua vida individual real e preenchido com uma universalidade irreal” (Marx, 2010, p. 41). É oportuno destacar que esse aparato legal coloca, segundo Iasi:

a emancipação política é a expressão de certo momento da materialidade social e histórica dos seres humanos, mas especificamente a época histórica do capitalismo, a emancipação humana é a possibilidade de expressão de uma sociabilidade que se coloque contra e além do capital (IASI, 2011, p. 188).

Para Marx “a emancipação política representa concomitantemente a dissolução da sociedade antiga, sobre a qual está baseado o sistema estatal alienado do povo, o poder do soberano. A revolução política é a revolução da sociedade burguesa” (Marx, 2010, p. 51). E acrescenta ainda que “a emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui” (Marx, 2010, p. 41).

Assim, a construção de uma sociedade livre e emancipada requer a superação do modo de produção capitalista. Mesmo que essa nova sociedade seja forjada com traços da sociedade anterior (burguesa), há que se manter sempre a construção e consolidação da emancipação humana.

Nesse sentido, reforçamos a importância de uma leitura crítica sobre a realidade e seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores, tanto daqueles que elaboraram e executam as políticas sociais, bem como aqueles que são usuários dessas políticas.

Aqui reforçamos a importância de se tornar cada vez mais urgente a intensificação das ações de educação em direitos humanos com foco na defesa intransigente dos direitos humanos em uma perspectiva de coletivização e emancipação política e humana. Entendemos que tais ações só são possíveis se forem realizadas no âmbito das lutas cotidianas, para garantir a manutenção da proteção à população vulnerável e, ao mesmo tempo, proteger a dignidade humana.

É a partir destas análises do contexto socioeconômico que parte dos trabalhadores e das trabalhadoras do Centro de Apoio aos Direitos Humanos (CADH), incomodados(as) com a propagação de ideias conservadoras, que culpabilizam as famílias por uma suposta acomodação e os sujeitos por seus “problemas”, num cenário de ausência do Estado, que deveria ser o provedor das políticas públicas e condições objetivas de emancipação humana.

Além disso, impõe disciplina na construção da trajetória teórico-metodológica e na formulação de instrumentos que incidam e reflitam os processos de trabalho de cada Programa e a intencionalidade das ações quando se trata do acompanhamento a famílias e indivíduos. É nesse fazer cotidiano que atuamos na garantia da inserção social em território distinto ao de ameaça à vida, acesso aos direitos

básicos e buscamos uma atuação com vistas a construção de uma cultura menos violenta, sem o reforço de estigmas/estereótipos, de valorização das individualidades dos sujeitos e de reconhecimento de suas potencialidades.

2. Textou: a busca pela construção de um arcabouço teórico e metodológico crítico sobre direitos humanos

O Centro de Apoio aos Direitos Humanos (CADH) é uma entidade da sociedade civil, com 30 anos de existência, sediada na cidade de Vitória/ES. É filiado ao Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH) e, no Espírito Santo, é a entidade responsável pela operacionalização das ações estabelecidas nacionalmente pelo movimento e pela articulação das demais entidades de defesa e promoção dos direitos humanos no estado. Têm na sua base de formação institucional defensores dos Direitos Humanos que atuam na defesa, promoção, mobilização, pesquisa e educação em Direitos Humanos e Assistência Social.

Dentre as ações do CADH, estão dois programas de proteção: o Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, PROVITA e o Programa de Criança e Adolescentes Ameaçados de Morte, PPCAAM. Os programas articulam-se em torno de dois objetivos: proteger a vida e promover a (re)inserção social das pessoas ameaçadas. Para viabilizar tal proteção, os usuários são retirados de seus contextos de origem e transferidos para novos territórios.

O Programa de Proteção é uma legítima Política Pública de alta complexidade, contínua, vinculada intimamente aos Direitos Humanos, efetivamente emancipatória e distanciada da reserva do possível, considerando que o Direito à Vida, é “direito condição” preconizado pela Constituição Federal de 1988 (Bezerra, 2020, p.60).

Nesse cenário, emerge um dos maiores desafios da proteção que possui como estratégia uma série de restrições de direitos. Para garantir a segurança física, exige-se o rompimento de vínculos territoriais e a imposição de um cotidiano de sigilo, a partir de normas e regras rígidas, que garantem a segurança e a eficácia da proteção.

Desta forma, a prática dos trabalhadores e trabalhadoras desses programas deve ser rigorosamente pautada pelo respeito aos Direitos Humanos. Para qualificar o atendimento, faz-se necessária uma interpretação crítica da realidade, além de atualização constante dos temas que atravessam a vida, levando-se em consideração as transformações decorrentes do neoliberalismo.

Nesse sentido, repisa-se, faz-se necessária por parte dos trabalhadores e trabalhadoras do CADH a compreensão e apropriação acerca das mudanças societárias características do capitalismo contemporâneo e a implicação de tais transformações na vida cotidiana das pessoas em situação de violação de direitos. Isso requer o compromisso ético-político com a defesa intransigente dos direitos humanos, bem como com a qualificação do trabalho a ser realizado, que se dá, necessariamente, por meio de um processo de educação permanente.

A temática dos direitos humanos tem sua história “espremida entre a fúria de seus antagonistas e a impotência de seus defensores” (Mascaro, 2017, p. 109). Alvo de ataques dos inimigos e incompreensão de seus amigos, a luta de classes marca a história dos direitos humanos.

Numa sociedade atomizada, concorrencial, atravessada por antagonismos e conflitos de muitos níveis, na qual a forma política estatal e a forma jurídica também se ligam por meio de autonomias relativas, os direitos humanos se manifestam, inexoravelmente, de modo contraditório (Mascaro, 2017, p. 110).

A própria dinâmica do capitalismo coloca os direitos humanos assentados em nucleações. Nesse cenário de contradições que é próprio do modo de produção capitalista, negação e afirmação, garantia e seletividade são elementos que marcam os direitos humanos, uma vez que a estabilidade do sistema capitalista, necessita de tempos em tempos de formas sociais, núcleos de forma jurídica e forma política estatal para manutenção de sua soberania. No entanto, quando a burguesia sente sua sociabilidade ameaçada não hesita em banir os direitos humanos (Mascaro, 2017).

O ataque aos Direitos Humanos teve um aprofundamento a partir da ascensão da extrema-direita associado à agenda econômica implementada no Brasil após o golpe de 2016. A política econômica adotada no período pós golpe, foi marcada pelo aprofundamento do ultraneoliberalismo, caracterizado pelo favorecimento do capital financeirizado, transferência de valor para o centro do capitalismo, geração de superávits para pagamento dos credores da dívida pública e o desmonte de direitos sociais (Cassin, 2022).

No ambiente ultraneoliberal, em que os óbices encontrados pelo capital ao seu processo de valorização pressionam as economias dependentes por um incremento nas taxas de mais-valia, o papel do Estado social concentra-se cada vez mais na manutenção de uma massa de trabalhadores disponíveis para vender sua força de trabalho a qualquer custo, dinamizando os mecanismos de superexploração da força de trabalho (CASSIN, 2022, p. 30).

Nesse sentido, o grupo de estudos “Textou” se reúne bimestralmente, sempre numa sexta-feira, *daí o trocadilho com o nome*, e a cada encontro um texto é indicado como guia para o debate, sendo conduzido por um dos trabalhadores. Os debates são orientados a partir da leitura prévia de textos críticos que tratam das temáticas que atravessam o cotidiano do exercício profissional e complementados com relatos de experiências a partir do trabalho com famílias e indivíduos marcados por diferentes situações de violência.

Durante esse último ano foram realizados sete encontros, com as seguintes temáticas: Política Social, Crise Estrutural do Capital, Direitos Humanos, Questões étnico-raciais, Feminismo e Desigualdades, Gênero e Sexualidade na atualidade.

Ao pautar o cotidiano do trabalho a partir de uma leitura crítica da realidade, a equipe dos e das trabalhadoras do CADH tem buscado imprimir um modelo de trabalho que acolha as situações de violação de direitos humanos que os usuários e usuárias das políticas de proteção, aqui destacamos o caráter, talvez, mais agudo da expressão da questão social, que é a ameaça à vida com a possibilidade material da morte. Assim, buscar compreender a história de vida dessas pessoas, as condições materiais e imateriais que tiveram para se protegerem das desigualdades geradas por esse modo de produção, de uma forma crítica, pautada em um arcabouço teórico que dê orientações para uma prática que não culpabilize o sujeito, mas compreenda sua condição e permita juntos construírem alternativas que possam minimizar a sua condição de pessoa em situação de ameaça.

Importante destacar que a iniciativa do grupo de estudos surgiu dos profissionais do Serviço Social e ganha adesão junto aos colegas de demais áreas, como do Direito, da Psicologia e da Educação Social, exprimindo o caráter interdisciplinar da execução dos programas. Assim, o grupo de estudos ganha força, agregando diversas categorias profissionais em torno de um mesmo objetivo que é o aprofundamento teórico com vistas a analisar criticamente a prática profissional e construir possibilidades reais de acesso para os usuários que se encontram numa condição vulnerável frente às situações de violação de direitos. E isso, do ponto de vista institucional, não se faz isoladamente, mas em articulação com o conjunto de políticas públicas e sociais, como Assistência Social, Saúde, Educação, Justiça, Trabalho.

Ainda, oportuno que destacar que o “Textou” é apoiado institucionalmente pelo CADH, inclusive com deliberação da diretoria da entidade liberando os trabalhadores que possuem interesse em participar da atividade, entendendo que esse espaço nada mais é do que um momento formação que se insere dentro da jornada de trabalho, tendo em vista sua importância. Noutros momentos, também são convidadas pessoas que estão fora do âmbito da política de proteção, mas que atuam em movimentos sociais e ou outros órgãos de defesa dos direitos humanos, sempre com o objetivo de ampliar o debate e o conhecimento sobre direitos humanos e fortalecer a educação permanente em direitos humanos.

Muitas são as dimensões deste trabalho e por isso a necessidade de quase “se desenhar” essa prática/processos de trabalho a partir dos meandros enfrentados cotidianamente, para que o exercício profissional não seja alvo da reprodução social meramente conservadora. É na troca de experiências e na explanação de diferentes pontos de partida que temos a pretensão de melhor elucidar as mazelas sociais e construir intervenções mais críticas.

Aqui se apresenta o desafio de propor ações que vão de encontro ao cenário capitalista imposto para os trabalhadores e trabalhadoras, que possuem muitas vezes jornadas triplas de trabalho, a exemplo das mulheres, mães, esposas, cuidadoras; contratos de trabalho precarizados sem grandes projeções ou abertura para novas reflexões; avanço do conservadorismo, com especial atenção ao crescimento das igrejas neopentecostais, além de outros fatores como os índices alarmantes de adoecimento nos espaços de trabalho, reprodução automática de tarefas, que se assemelha a um linha de produção no estilo fordista.

Importante mencionar que não são todos os trabalhadores e trabalhadoras que participam da iniciativa, mas que a atividade é aberta e não se apresenta como uma ação obrigatória, pois nosso desejo é construir uma perspectiva teórica e política em direitos humanos, no âmbito da proteção que esteja alinhada à defesa de uma perspectiva de direitos humanos em direção à emancipação humana, com vistas à superação do modo de produção atualmente vigente. Nesse sentido, é fundamental destacar que a superação desse modelo passa, necessariamente por uma outra sociedade que seja anticapitalista, antilgbtfóbica, antirracista, anticapacitista, laica, antifascista e antipatriarcal.

É esse caminho que iniciativas como a do “Textou”, mesmo nos limites de atuação no âmbito de políticas específicas, pretende trilhar. Tendo em vista que o grupo de estudos já existe há mais de um ano, com a perspectiva de perdurar por mais tempo, entende-se que, até o momento, os objetivos têm sido alcançados.

Referências

CASSIN, Márcia Pereira da Silva. **Dependência e ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil pós-golpe de 2016**. In: Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 17-33, jan./jun. 2022. ISSN 2238-1856.

IASI, Mauro Luis. **O Direito e a luta pela emancipação**. In: Direitos Humanos e Serviço Social: Polêmicas, Debates e Embates. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

BEZERRA, Verônica Cunha. **Antidisciplina: vidas, táticas e estratégias: a tensão entre direitos fundamentais e a proteção a testemunhas no estado do Espírito Santo**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) – Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2020.

BORGES, M. E; MATOS, M. C. **As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade**. In: BRAVO, Maria Inês Souza, MATOS, Maurílio Castro de, FREIRE, Silene de Moraes (orgs). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, 216p.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. In: ABEPSS. Temporalis. Brasília: Abepss/Graflin, ano II, n. 03, janeiro-junho 2001, p. 9-21.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 2004.

MASCARO, Alysson Leandro. **Direitos humanos: uma crítica marxista**. In: Revista Lua Nova, São Paulo, n. 101, p. 109-137, 2017.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo, Boitempo, 2010.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Expropriação de direitos, capitalismo dependente e transferência de renda: reflexões sob os efeitos da pandemia da covid-19**. In: MAURIEL, A. P. O.; KILDUFF, F.; SILVA, M. M. da; LIMA, R. S. (orgs.). Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

ONU-Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Link de acesso: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acessado em 04/05/2026.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos humanos e concepções contemporâneas**. São Paulo: Cortez: 2014.